

PROGRAMAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

1. Leitura e interpretação de textos. 2. Conhecimentos linguísticos (norma padrão da língua portuguesa): ortografia (conforme o Novo Acordo Ortográfico); acentuação gráfica; emprego de sinais de pontuação. Formação de palavras, sinonímia, antonímia. Classe de palavras. Função das palavras nos enunciados e nos textos. Emprego de conectores. Colocação pronominal. Emprego de tempos e modos verbais. Estruturação sintática e semântica dos termos na oração e das orações no período: coordenação e subordinação. Regência nominal e verbal; uso do sinal indicativo de crase. Concordância nominal e verbal. 3. Tipologia textual (narração, descrição, exposição, argumentação e injunção). Argumentação: formas de articulação dos argumentos; elementos da organização textual: segmentação, progressão, encadeamento e ordenação. Gêneros textuais: estrutura e função. Princípios de textualidade: coesão e coerência textuais. Paragrafação. A construção dos sentidos do texto. 4. Funções de linguagem. Figuras de Linguagem. Multimodalidade: linguagem verbal e não verbal.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Análise de textos**: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2011.
- COSTA VAL, Maria da Graça. Repensando a textualidade. In: AZEREDO, José Carlos (org.). **Língua Portuguesa em Debate**: conhecimento e ensino. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 34-51.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- EMEDIATO, Wander. **A fórmula do texto**. São Paulo: Geração Editorial, 2007.
- FARACO, Carlos Alberto. **Novo Acordo Ortográfico**. Editora Parábola. Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/EscrevendoFuturo/arquivos/187/novoacordo2.pdf>. Acesso em: 26 maio 2023.
- FERNANDES, Francisco. **Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa**. São Paulo: Globo, 1999.
- FONTANA, Niura M., PAVAIANI, Neires; PRESSATO, Isabel. **Práticas de Linguagem**: gêneros discursivos e interação. Caxias do Sul-RS: Educ, 2009.
- INFANTE, Ulisses. **Do texto ao texto**. São Paulo: Scipione, 1991.
- KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1998.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2014.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, L. Carlos. **Texto e coerência**. São Paulo: Contexto, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARINHO, Janice Helena Chaves; DACONTI, Geruza Corrêa; CUNHA, Gustavo Ximenes. **O texto e sua tipologia: fundamentos e aplicações**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2012.

PASQUALE; ULISSES. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione.

PLATÃO e FIORIN. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2002.

MATEMÁTICA (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

1. Linguagem básica de conjuntos: pertinência, inclusão, igualdade, reunião, interseção e diferença, problemas. 2. Sistema de numeração decimal. 3. Conjunto dos números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais. 4. Conjunto dos números racionais: operações com frações e números decimais (adição, subtração, multiplicação e divisão). 5. Porcentagem, proporção, regra de três simples e composta. 6. Sistema monetário brasileiro, medidas de comprimento, massa, capacidade e tempo. 7. Média aritmética simples. 8. Geometria plana: elementos primitivos, semirretas, semiplanos, segmentos e ângulos; retas perpendiculares e retas paralelas; área de triângulos e quadriláteros. 9. Leitura e identificação de dados apresentados em gráficos e tabelas.

REFERÊNCIAS

BIGODE, Antônio José Lopes; GIMENEZ, Joaquim. **Matemática do Cotidiano & suas Conexões**. 3º, 4º e 5º anos. São Paulo: FTD.

DANTE, Luiz Roberto. **Projeto Apis Matemática**. Ensino Fundamental, 3º, 4º e 5º anos. São Paulo: Ática.

GIOVANNI, José Ruy; GIOVANNI Jr., José Ruy. **A Conquista da Matemática**. 3º, 4º e 5º anos. São Paulo: FTD.

CONHECIMENTOS GERAIS (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

Atualidades e conhecimentos gerais do município de Uberlândia, do estado de Minas Gerais e do Brasil. Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do município de Uberlândia, do estado de Minas Gerais e do Brasil.

REFERÊNCIAS

CIDADE-BRASIL. Município de Uberlândia. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-uberlandia.html>. Acesso em: 7 jun. 2023.

IBGE. Uberlândia. Site eletrônico do IBGE relativo ao Município de Uberlândia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em: 7 jun. 2023.

Imprensa escrita, falada, televisiva ou por internet.

Livros de História de Minas Gerais e do Brasil, e de Geografia de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, ensaísticos ou científicos).

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Site eletrônico oficial. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal de Uberlândia. Site eletrônico oficial. Disponível em: <https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

ENSINO MÉDIO E MÉDIO TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

Leitura e interpretação de textos. Tipologia textual e gêneros textuais. Ortografia e acentuação. Funções da linguagem. Recursos verbais, não verbais e multissemióticos. Denotação e conotação. Argumentação, opinião e informação. Figuras de linguagem. Conhecimentos linguísticos de acordo com a gramática tradicional: formação de palavras e seleção vocabular; classe de palavras e colocação pronominal; emprego de tempos e modos verbais; estruturação sintática e semântica dos termos na oração e das orações no período; emprego da regência nominal e verbal; emprego da concordância nominal e verbal; emprego dos sinais de pontuação e seus efeitos de sentido.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernardete M. **Produção de texto**: interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 24 jan. 2023.

AULETE. Dicionário Caldas Aulete. **@ulete digital**. Disponível em <http://aulete.com.br/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de Redação da Presidência da República**. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior *et al.* 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018. 189 p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.

CEGALLA, Domingos Pachal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

KOCH, I. G. V. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006b.

MATEMÁTICA (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

1. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais. Operações fundamentais, sistema de numeração, divisibilidade, fatoração, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum, operações com frações, representação decimal, números decimais periódicos e não periódicos. 2. Unidades de medidas: comprimento, área, volume, ângulo, massa, tempo e velocidade. Conversão de

unidade de medidas. 3. Matemática comercial: razões, proporções (grandezas diretamente proporcionais e inversamente proporcionais), regra de três simples e composta. Porcentagem, juros e descontos simples e compostos. 4. Cálculo algébrico: operações com expressões algébricas; identidades algébricas notáveis; polinômios e operações; equações e inequações; equações de 1º e 2º graus; desigualdades de 1º grau; sistemas de equações de 1º e 2º graus. 5. Estatística: conceitos fundamentais de estatística descritiva (população, amostra e amostragem). Organização de dados (tabelas e gráficos). Medidas de tendência central (média, moda e mediana). 6. Sequências: Progressões aritméticas e geométricas. 7. Geometria plana: áreas e perímetros (triângulos, quadriláteros e circunferências). Relações métricas e trigonométricas em triângulos retângulos.

REFERÊNCIAS

- DANTE, L. R. **Matemática**: contextos e aplicações. Ensino Médio. v. 1, 2 e 3. São Paulo: Ática 2011.
- GIOVANNI, J; CASTRUCCI, B; Giovanni, Jr. **A Conquista da Matemática**. Coleção do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. São Paulo: FTD, 2018.
- IEZZI, G; DOLCE O. *et al.* **Matemática**: volume único. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- IEZZI, G. *et al.* **Matemática**: ciência e aplicações. v. 1, 2 e 3. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- PAIVA, M. R. **Matemática**: Paiva. v. 1, 2 e 3. 3. ed. Moderna Plus. São Paulo: Moderna, 2015.
- SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I. **Matemática**. Ensino Médio. v. 1, 2 e 3. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CONHECIMENTOS GERAIS (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

Atualidades e conhecimentos gerais do município de Uberlândia, do estado de Minas Gerais e do Brasil, estabelecendo conexões com acontecimentos mundiais. Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do município de Uberlândia, do estado de Minas Gerais e do Brasil.

REFERÊNCIAS

- CIDADE-BRASIL. Município de Uberlândia. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-uberlandia.html>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- IBGE. Uberlândia. Site eletrônico do IBGE relativo ao Município de Uberlândia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- Imprensa escrita, falada, televisiva ou por internet.
- Livros de História de Minas Gerais e do Brasil, e de Geografia de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, ensaísticos ou científicos).
- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Site eletrônico oficial. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- UBERLÂNDIA. Câmara Municipal de Uberlândia. Site eletrônico oficial. Disponível em: <https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

LEGISLAÇÃO (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

1. Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023. Aprova o Código de Ética do servidor público e da alta administração municipal, e suas alterações posteriores. 2. Lei Complementar Municipal nº 40/1992. Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Uberlândia, suas autarquias, fundações públicas e Câmara Municipal, e suas alterações posteriores.

REFERÊNCIAS

UBERLÂNDIA. **Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023.** Aprova o Código de Ética do servidor público e da alta administração municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/decreto/2023/2018/20179/decreto-n-20179-2023-aprova-o-codigo-de-etica-do-servidor-publico-e-da-alta-administracao-municipal>. Acesso em: 7 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei Complementar Municipal nº 40/1992.** Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Uberlândia, suas autarquias, fundações públicas e Câmara Municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-uberlandia-mg>. Acesso em: 7 jun. 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: FISCAL DE PATRIMÔNIO

PROGRAMA

Legislação federal pertinente à sua área. Legislação municipal e os instrumentos de gestão patrimonial do município. Levantamento patrimonial: competência, relatório, inventários e conciliação. Reconhecimento e reavaliação de bens. Incorporação de bens patrimoniais: classificação, registro, cadastro e tombamento. Reintegração ou reivindicação de posse. Desfazimento de bens: alienação, doação e renúncia de posse. Fiscalização e vistoria de bens móveis e imóveis que constituem o patrimônio público. Fiscalização e controle de áreas objetos de doação, permissão, concessão ou autorização de uso, incluindo autuação de ocupantes e invasores. Processos de ocupação e desocupação de áreas públicas. Elaboração de laudos de vistoria, relatórios e pareceres. Programas de alienação de bens em desuso ou inservíveis. Normas, procedimentos e diretrizes referentes ao setor de patrimônio. Conhecimentos básicos de informática.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Diogo Duarte. **Manual de Controle Patrimonial nas Entidades Públicas.** Editora Gestão Pública, Brasília/2013.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 205 da Secretaria de Administração Pública, de 08 de abril de 1998.**

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Manual de Inventariança.** Brasília, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e suas alterações.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e suas alterações.** Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9636compilado.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e suas alterações.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. TCU. **Portaria nº 6 de 13 de janeiro de 2004 e suas alterações.** Manual de Patrimônio.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal. **Lei Complementar nº 40, de 06 de novembro de 1992.** Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal e suas alterações. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-complementar/1992/4/40/lei-complementar-n-40-1992-dispoe-sobre-o-estatuto-dos-servidores-publicos-do-municipio-de-uberlandia-suas-autarquias-fundacoes-publicas-e-camara-municipal>. Acesso em: 7 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal. **Lei Complementar nº 751, de 15 de março de 2023.** Estabelece a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Município de Uberlândia e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/Ofafx>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal. **Lei Orgânica do Município de Uberlândia e suas alterações.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 7 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 18.289, de 27 de setembro de 2019.** Estabelece normas e diretrizes a serem observadas no trâmite de processos administrativos de competência da Coordenadoria Geral de Patrimônio, da Secretaria Municipal de Administração, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/bdfux>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 20.154, de 01 de abril de 2023.** Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Municipal, direta, autárquica e fundacional do Município de Uberlândia. Disponível em: <http://leismunicipa.is/Oc2ug>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 20.272, de 01 de abril de 2023.** Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Administração. Disponível em: <http://leismunicipa.is/0guk5>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Lei Ordinária nº 12.723, de 28 de junho de 2017.** Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem adotados pelo Município de Uberlândia para concessão de direito real de uso de bens públicos imóveis municipais dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/nrvfe>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Lei Ordinária nº 12.815, de 16 de outubro de 2017.** Dispõe acerca da autorização de uso de áreas públicas municipais ociosas, revoga a Lei nº 7.953, de 06 de março de 2002 e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/svejg>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Portaria Conjunta SMA/SMF nº 535, de 24 de maio de 2023.** Manual de Procedimentos Patrimoniais do Município de Uberlândia. Disponível em: www.uberlandia.mg.gov.br. Acesso em: 14 jun. 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Manual de Administração Patrimonial.** São Paulo, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Cartilha conhecendo a rotina de patrimônio**. Salvador, 2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: FISCAL DE POSTURAS

PROGRAMA

Desenho técnico: tipos, formatos, dimensões e dobradura de papel; linhas utilizadas no desenho técnico, escalas; desenhos de plantas e cortes de edificações e componentes dos edifícios; leitura, interpretação e produção de desenhos de arquitetura, de estruturas, de fundações, de instalações prediais em geral e de topografia. Materiais de construção: características e propriedades dos materiais de construção; controle tecnológico dos materiais. Planejamento, execução e fiscalização de obras: organização de canteiros de obras; quantificações de materiais e serviços, inclusive de reformas; medições; orçamentos; vistorias técnicas e fiscalização de obras; processos de compra e de controle de materiais; licitações e contratos administrativos; cronogramas. Noções de segurança em obras e higiene do trabalho. Acessibilidade nas edificações. Saídas de emergência em edifícios. Segurança contra incêndios. Legislação sobre Posturas e sobre Meio Ambiente: normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana; política nacional de resíduos sólidos; política nacional de mobilidade urbana; ruído em áreas habitadas; política nacional do meio ambiente; proteção da vegetação, áreas de preservação permanente e as áreas de reserva legal; crimes ambientais. Legislação sobre licitações e contratos da Administração Pública e Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 8.666/1993; Lei nº 14.133/2021. Leis sobre Posturas: legislação federal (Lei nº 10.257/2001; Lei nº 12.305/2010; Lei nº 12.587/2012; ABNT; medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas – aplicação de uso geral; NBR 10.151); legislação municipal (Lei nº 10.280/2009; Lei Complementar nº 709/2020; Lei nº 10.741/2011; Lei nº 12.504/2016; Decreto nº 18.230/2019; Lei nº 10.686/2010). Leis sobre meio ambiente: legislação federal (Lei nº 12.651/2012; Lei nº 12.305/2010; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 9.605/1998; ABNT; medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas – aplicação de uso geral; NBR 10.151); legislação estadual (Lei Estadual nº 20.922/2013); legislação municipal: Lei nº 10.700/2011; Lei nº 13.833/2022; Lei nº 12.404/2016; Lei Complementar nº 623/2017; Decreto nº 17.297/2017; Decreto nº 12.553/2010; Lei Complementar nº 716/2020). Legislação estadual referente à segurança contra incêndio e pânico – Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais (circulares, decretos, instruções técnicas, leis e portarias). Legislação do município: Lei Orgânica do Município de Uberlândia-MG; Lei Complementar nº 40/1992.

REFERÊNCIAS

BAUER, L. A. F. **Materiais de Construção**. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

MATTOS, A. D. **Como Preparar Orçamento de Obras**. São Paulo: Oficina de Textos, 2019.

PFEIL, W. **Estruturas de Madeira**. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

RIBEIRO, C. C. **Materiais de Construção Civil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

YAZIGI, W. **A Técnica de Edificar**. São Paulo: Blucher, 2021.

LEGISLAÇÃO GERAL

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações.** Lei de licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 7 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal. **Lei Complementar nº 40 de 06 de novembro de 1992.** Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal e suas alterações. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-complementar/1992/4/40/lei-complementar-n-40-1992-dispoe-sobre-o-estatuto-dos-servidores-publicos-do-municipio-de-uberlandia-suas-autarquias-fundacoes-publicas-e-camara-municipal>. Acesso em: 7 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal. **Lei Orgânica do Município de Uberlândia e suas alterações.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-uberlandia-mg>. Acesso em: 7 jun. 2023.

LEGISLAÇÃO SOBRE POSTURAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR nº 10.151.** Acústica — Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas. Aplicação de uso geral. 2. ed., 2019. v. corrigida, 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e suas alterações.** Estatuto das Cidades. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 7 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Decreto nº 18.430, de 30 de dezembro de 2019.** (Revogado pelo decreto nº 18959/2021). Dispõe sobre as tarifas de consumo de água e do uso do Sistema de Esgotamento Sanitário e demais preços dos serviços prestados pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE, revoga o Decreto nº 17.914 de 11 de janeiro de 2019 e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/cjxvr>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei Complementar nº 709, de 8 de outubro de 2020.** Institui o programa "Tô Legal", que estabelece diretrizes para a regularização do comércio e da prestação de serviços em áreas, vias e logradouros públicos, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/symhq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 10.280, de 28 de setembro de 2009.** Institui o Sistema Municipal para a Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, revoga a Lei nº 9.244, de 26 de junho de 2006, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jtecq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 10.686, de 20 de dezembro de 2010.** Estabelece as diretrizes do sistema viário do município de Uberlândia, revoga os dispositivos legais que menciona e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/eqftj>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 10.741, de 06 de abril de 2011.** Institui o Código Municipal de Posturas de Uberlândia e revoga a Lei nº 4744, de 05 de julho de 1988 e suas alterações. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ajftq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 12.504, de 25 de agosto de 2016.** Dispõe sobre o serviço público de coleta seletiva solidária dos resíduos recicláveis no município de Uberlândia e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/rhjva>. Acesso em: 12 jun. 2023.

LEGISLAÇÃO SOBRE MEIO AMBIENTE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR nº 6.118.** Projeto de estruturas de concreto — Procedimento. 3. ed., 2014. v. corrigida, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR nº 7.211.** Agregados para concreto — Especificação. 2. ed., 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR nº 7.678.** Segurança na execução de obras e serviços de construção. — Procedimento. 1983.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR nº 9.050.** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed., 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR nº 9.077.** Saídas de emergência em edifícios. 2001.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

Legislação estadual referente à segurança contra incêndio e pânico – Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais (circulares, decretos, instruções técnicas, leis e portarias).

MINAS GERAIS. **Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013.** Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/leis/legislacao->

mineira/lei/min/;PORTAL_SESSIONID=D7E091DF4D8188D00BEC2374F2AC75DB.worker2?tipo=Lei&num=20922&ano=2013&comp=&cons=0. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei Complementar nº 623, de 09 de agosto de 2017.** Dispõe sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento CODEMA, e revoga a Lei nº 11.642, de 17 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://leismunicipa.is/pvkrq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei Complementar nº 716, de 18 de dezembro de 2020.** Institui o licenciamento ambiental no município de Uberlândia e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/qyuda>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 10.700, de 09 de março de 2011.** Dispõe sobre a política de proteção, controle e conservação do meio ambiente, revoga a Lei Complementar nº 17, de 04 de dezembro de 1991 e suas alterações, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jtfaq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 12.404, de 18 de abril de 2016.** Estabelece, no âmbito, do município de Uberlândia, sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus-tratos aos animais e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/bvmrd>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 13.833, de 08 de setembro de 2022.** Cria o Conselho Municipal de Proteção e Bem-estar Animal e o Fundo Municipal de Proteção e Bem-estar Animal e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/0054j>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Decreto nº 12.553, de 1º de dezembro de 2010.** Regulamenta a Lei nº 9900, de 02 de julho de 2008, que "dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de veículos que operam no município de Uberlândia a plantarem árvores para a mitigação da poluição do ar, e dá outras providências". Disponível em: <http://leismunicipa.is/jatiq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Decreto nº 17.297, de 09 de outubro de 2017.** Aprova o regimento interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA e revoga o Decreto nº 16.270, de 29 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://leismunicipa.is/sfpmv>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÚSICO INSTRUMENTISTA – CLARINETE

PROGRAMA

Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. Emissão de som. Legato e stacatto. Manutenção e cuidados com o instrumento. Metodologias de iniciação ao instrumento. Aspectos históricos do desenvolvimento do instrumento. Técnicas estendidas no clarinete. Afinação.

REFERÊNCIAS

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808 e 1889.** 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em:

https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos. Acesso em: 14 jun. 2023.

CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP.** Disponível em: http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. **Música e história:** um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB.** Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da música.** 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2005.

ADLER, Samuel. **The Study of Orchestration.** Third Edition. W. W. Norton & Company, Inc. 2002.

BAERMANN, Carl. **Complete method for clarinet Op. 63.** Third division. Edited by Gustave Langenus. Carl Fisher.

BENNETT, Roy. **Instrumentos da orquestra.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1982.

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil:** difusão e organização entre 1808 e 1889. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música) – Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos. Acesso em: 7 jun. 2023.

CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira. Instituto de Artes da UNESP.** Disponível em http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf. Acesso em: 7 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. **Música e história:** um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 7 jun. 2023.

LACERDA, Osvaldo. **Compêndio de teoria elementar da música.** 3. ed. São Paulo : Ricordi Brasileira, 1967.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio:** as origens da MPB. Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da música.** 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

PRIOILLI, Maria Luisa de Mattos. **Princípios básicos da música para a juventude.** v. 1. 52. ed. revista e atualizada. Casa Oliveira de Músicas Ltda, 2011.

PINO, David. **The clarinet and clarinet playing.** Dover Publications, 1998.

REHFELDT, Phillip. **New directions for clarinet.** Scarecrow Press, 1994.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÚSICO INSTRUMENTISTA – OBOÉ

PROGRAMA

Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. Emissão de som no oboé. Articulação e respiração no oboé. Aspectos históricos do instrumento. Aspectos interpretativos de obras de compositores brasileiros para oboé. Palheta dupla: características e aspectos históricos da confecção de palhetas para oboé. O Corne-Inglês: uma abordagem técnica interpretativa.

REFERÊNCIAS

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808 e 1889**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos. Acesso em: 14 jun. 2023.

CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP**. Disponível em: http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. **Música e história: um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB**. Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da música**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2005.

DOMINGUES, R. S. V. **Análise de parâmetros acústicos e psicoacústicos da sonoridade do oboé associados aos diferentes estilos de raspados de palheta**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/win10/Downloads/tese__ravi_shankar.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.

DOMINGUES, R. S. V. **Duo para Oboé e Fagote de Heitor Villa-Lobos: um estudo analítico para uma proposta interpretativa para o oboé**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/win10/Downloads/pdf_final.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.

MOTA, L. B. O oboé lírico de Osvaldo Lacerda: um olhar sobre seu conjunto de obras para oboé. **Caderno de música, artes visuais e artes essenciais**, v. 13, n. 2, Bogotá, Colombia, 2018. Disponível em: https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cma/article/view/7_Lucius/_3LuciusM. Acesso em: 16 jun. 2023.

MONTEIRO, E. L. **O atelier de construção de palhetas de oboé em escolas especializadas do ensino de música: fundamentos e estratégias para a sua criação**. Relatório de estágio Mestrado em Ensino de Música. Universidade do Minho Instituto de Educação, Braga, Portugal, 2021. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/78419>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PEROTTO, J. B. **Quinteto em Forma de Choros: uma abordagem técnica e interpretativa da versão original de Villa-Lobos, com ênfase na parte de Corne-Inglês**. Dissertação apresentada ao Programa de

Pós-Graduação em Música Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2013. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/26/dissert/815981.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÚSICO INSTRUMENTISTA – FAGOTE

PROGRAMA

Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. Aspectos históricos do instrumento. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. O fagote no Brasil. Manutenção e cuidados com o instrumento. Metodologias de iniciação ao instrumento. Teoria Musical Básica: escalas, arpejos, tonalidades maior e menor. Tessitura.

REFERÊNCIAS

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808 e 1889**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos. Acesso em: 14 jun. 2023.

CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP**. Disponível em: http://www3.ia.unesp.br/Home/AradoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. **Música e história: um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB**. Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da música**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2005.

BENNETT, R. Uma breve história da música, ed. Jorge Zahar, 1986, Rio de Janeiro.

BINDER, F. P. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808 e 1889**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música) – Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos

FAGERLANDE, A. M. R. A presença do fagote na música de concerto brasileira – 1ª parte: séculos XVII ao XIX, UFRJ, RJ/RJ, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rbm/article/view/29204/16361>

_____. Trio (1921) para oboé, clarineta e fagote, de Heitor Villa-Lobos: Uma abordagem interpretativa, *Opus*, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 70-98, jun. 2010. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/viewFile/226/204>

_____ Uma pequena história do fagote no Brasil. Disponível em:
https://www.haryschweizer.com.br/Textos/fagote_brasileiro.htm

MED, Bohumil. Teoria da música. 4. Ed. rev. e ampl. Brasília, DF: MusiMed, 1996. Disponível em:
https://www.faberj.edu.br/cfb-2015/downloads/biblioteca/teoria_musical/Bohumil%20Med%20-%20TEORIA%20DA%20MUSICA%20a%20Edicao%20Revista%20e%20Ampliada.pdf

PETRI, A. Obras de compositores brasileiros para fagote solo. UNI-RIO, RJ/RJ, 1999. Disponível em:
https://www.haryschweizer.com.br/Textos/tese_ariane_caracteristicas.htm
Schweizer, H. FAGOTE, uma breve história,

_____ Manual para fagotistas. Disponível em: <https://www.haryschweizer.com.br>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÚSICO INSTRUMENTISTA – SAX

PROGRAMA

Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. Emissão de som no saxofone. Legato e stacatto. Estudo de sonoridade no saxofone. Manutenção e cuidados com o instrumento. Metodologias de iniciação ao instrumento. Aspectos históricos da criação do saxofone. Professores e saxofonistas que fizeram e fazem parte da história do saxofone. Técnicas estendidas no saxofone.

REFERÊNCIAS

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil:** difusão e organização entre 1808 e 1889. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em:
https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos. Acesso em: 14 jun. 2023.

CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP.** Disponível em:
http://www3.ia.unesp.br/Home/AradoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. **Música e história:** um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB.** Disponível em:
<http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da música.** 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2005.

CAPISTRANO, Rodrigo. **Apostila sobre o saxofone.** 2006. Disponível em:
<https://rodrigocapistrano.mus.br/download/Apostila%20Completa.pdf>. Acesso em 14 jun. 2023.

FILHO, José Vieira. **Manual de reparo e manutenção de instrumentos musicais de sopro**. Rio de Janeiro: Funarte, 2015.

MARQUES, K. D. Abordagem Histórica das Técnicas Estendidas para o Saxofone. **Revista Música Hodie**, Goiânia, v. 14, n. 2, 2014. p.156 - 164.

PINTO, Marco Túlio. O saxofone clássico nos cursos de bacharelado no Brasil. In: **Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música**, [24.]. 2014. São Paulo. p.1-8.

SOBRINHO, Jasson André Ferreira. **O processo contemporâneo de composição para saxofone: a utilização das técnicas estendidas**. 2013. 133f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea). Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de linguagens, 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÚSICO INSTRUMENTISTA – TROMBONE

PROGRAMA

Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. História do instrumento. Emissão de som. Legato e staccato. Manutenção e cuidados com o instrumento. Metodologias de iniciação ao instrumento. Posições da vara e série harmônica no trombone. Correções da série harmônica.

REFERÊNCIAS

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808 e 1889**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos. Acesso em: 14 jun. 2023.

CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP**. Disponível em: http://www3.ia.unesp.br/Home/AradoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. **Música e história: um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB**. Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da música**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2005.

ARBAN, Joseph J. B. L. **Complete ARBAN'S**. Famous Method for Trombone and Baritone. Edited by Charles L. Randall and Simone Mantia. New York, EUA: Carl Fischer.

LAFOSSE, ANDRÉ. **Méthode Complète de Trombone a Coulisse**. Paris Editions Musicales. Paris, FRA.

PERETTI, Serse. **Metodo para Trombon de Varas**. Buenos Aires, ARG: Bermejo & Fucci.

SADIE, Stanley. **Dicionário Grove de Música**. Edição Concisa. Jorge Zahar Editor, 1994.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÚSICO INSTRUMENTISTA – TROMPA Bb e F

PROGRAMA

Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. A história da Trompa. O desenvolvimento do instrumento. Técnica da trompa. Articulações. Efeitos sonoros do instrumento. Transposição.

REFERÊNCIAS

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808 e 1889**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos. Acesso em: 14 jun. 2023.

CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP**. Disponível em: http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. **Música e história: um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB**. Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da música**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2005.

ALPERT, Michael Kenneth. **Ensinando e aprendendo a trompa (2006)**. Disponível em: <https://www.yumpu.com/es/document/read/12695807/ensinando-e-aprendendo-a-trompa-eca-usp/3>. Acesso em: 9 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da Música**. 4. ed. revista e ampliada. Brasília-DF: Musimed, 1996.

SVAB, Zdenek. **História da Trompa no Brasil**. Espaço SVAB. Disponível em: <https://espacosvab.com.br/acervo/documentos/>. Acesso em: 9 jun. 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÚSICO INSTRUMENTISTA – TROMPETE

PROGRAMA

Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Aspectos históricos do instrumento. Conhecimento teórico básico: escalas, arpejos, intervalos, tonalidades maior e menor, articulação. Emissão de som. Manutenção e cuidados com o instrumento. Metodologias de iniciação ao instrumento. O trompete no Brasil. Transposição: habilidade de transpor trecho ou obra completa para outra tonalidade. Tessitura. Técnicas de Respiração.

REFERÊNCIAS

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808 e 1889**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos. Acesso em: 14 jun. 2023.

CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP**. Disponível em: http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. **Música e história: um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB**. Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MED, Bohumil. **Teoria da música**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2005.

ARBAN, Joseph J. B. Laurent. **Complete Conservatory Method for Trumpet or Cornet**. New York, USA: Carl Fischer, 1936.

BAPTISTA, Paulo Cesar. **Metodologia de Estudo para Trompete**. Dissertação (Mestrado em Musicologia). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

BENNETT, R. **Uma breve história da música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

CLARKE, Herbert L. **Technical Studies**. New York, USA: Carl Fischer, 1934.

DISSENHA, Fernando. **Caderno de Trompete**. Sopros Novo Bandas Yamaha. São Paulo: Irmão Vitale, 2008.

ELIAS, Marcos Teixeira. **Sobre a arte de respirar bem**. Curitiba: Centro Reichiano, 2007. Disponível em: <http://www.centroreichiano.com.br/artigos-cientificos/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

FARKAS, Philip. **The Art of Brass Playng**. Rochester: Wind Music, 1962.

HICKMAN, David R. **Trumpet pedagogy: a compendium of modern teaching techniques**. Arizona, USA: Hickman Music Editions, 2006.

MED, Bohumil. **Teoria da música**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÚSICO INSTRUMENTISTA – TUBA Bb/Eb

PROGRAMA

Tonalidades maiores e menores. Escalas e arpejos. Compassos simples e compostos. Claves e transposições. Agógica: dinâmicas, expressões e articulações. Principais estilos e culturas musicais. Aspectos históricos das bandas musicais no Brasil. Formação sociocultural das músicas brasileiras. História do Instrumento. Emissão de som. Legato e staccato. Manutenção e cuidados com o instrumento. Metodologias de iniciação ao instrumento. Posições dos rotores ou pistons e série harmônica na Tuba. Utilização do quarto pistom ou rotor. Correções da série harmônica.

REFERÊNCIAS

- BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808 e 1889**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em música). Universidade Estadual Paulista. Instituto de artes. 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/3087524/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808-1889._Mestrado._Volume_III_Anexos. Acesso em: 14 jun. 2023.
- CASTAGNA, Paulo. A música urbana de salão no século XIX. **Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP**. Disponível em: http://www3.ia.unesp.br/Home/AreadoAluno/HMB_2004_apostila11.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.
- COSTA, Manuela Areias. **Música e história: um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/viewFile/5707/4284>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB**. Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- MED, Bohumil. **Teoria da música**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília-DF: MusiMed, 1996.
- TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora 34, 2005.
- ARBAN, Joseph J. B. L. **Complete ARBAN'S**. Famous Method for Trombone and Baritone. Edited by Charles L. Randall and Simone Mantia. New York, EUA: Carl Fischer.
- BOBO, Roger. **Mastering the Tuba Book 1**. Bulle, Switzerland: Editions Bim.
- SADIE, Stanley. **Dicionário Grove de Música**. Edição Concisa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ILUMINADOR

PROGRAMA

Análise de circuitos elétricos: eletricidade básica e circuitos em CC (conceitos básicos, leis de Ohm, leis de Kirchoff, métodos de análise de circuitos elétricos); instrumentos de medição elétrica. Máquinas elétricas: princípios básicos da conversão eletromecânica de energia; características das máquinas elétricas; transformadores, tipos e ensaios; motores de corrente contínua, de indução, síncrono a ímãs permanentes e de relutância, de passo e especiais; acionamentos elétricos. Eletrônica analógica e digital: diodos e transistores (teoria de semicondutores, componentes eletroeletrônicos, análise de seus circuitos eletrônicos); amplificadores operacionais; conversores AD/DA. Princípios básicos de iluminação: projetos de iluminação, características de cores, iluminação natural, técnicas de iluminação. Conceitos básicos de manutenção: manutenção preventiva, corretiva e preditiva. Planejamento e controle da manutenção; indicadores de confiabilidade. Normas regulamentadoras: NR-10, NR-12, NR-33, NR-35. Segurança do trabalho: princípios básicos de segurança do trabalho, uso de EPIs; métodos e meios de proteção e prevenção de acidentes (princípios, regras e equipamentos de proteção); análise de riscos à saúde e ambiental; métodos de análises de acidentes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. **Manutenção mecânica industrial: conceitos básicos e tecnologia aplicada**. São Paulo: Érica, 2014.
- BOYLESTAD, R. **Introdução à Análise de Circuitos**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1998.

BOYLESTAD, R.; NASHESKY, L. **Dispositivos Eletrônicos e Teoria dos Circuitos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1994.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Norma Reguladora nº 10**. NR-10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-10.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Norma Reguladora nº 12**. NR-12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-12.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Norma Reguladora nº 33**. NR-33 – Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-33.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Norma Reguladora nº 35**. NR-35 – Trabalho em altura. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-35-atualizada-2022.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

CAPUANO, Francisco G.; IDOETA, Ivan V. **Elementos De Eletrônica Digital**. 41. ed. São Paulo: Érica. 2012. 544p.

DEL TORO, V. **Fundamentos de máquinas elétricas**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

FITZGERALD, A. E.; KINGSLEY, C.; UMANS, S. D. **Máquinas elétricas: com introdução à eletrônica de potência**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

FOGLIATTO, F.; RIBEIRO, J. **Confiabilidade e manutenção industrial**. Elsevier, 2009.

INNES, M. **Iluminação no design de interiores**. GG 2014.

KROEMER, K. H.; GRANDJEAN, E. **Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MAMEDE FILHO, J. **Instalações Elétricas Industriais**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

RODRIGUES, M. **Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial**. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002

TREGENZA, P., LOE, D. **Projeto de iluminação**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

PROGRAMA

Política Nacional de Atenção Básica. Vigilância em saúde. Mapeamento e territorialização. O papel do agente de combate às endemias. Doenças infecciosas e parasitárias. Visitas domiciliares. Ética. Educação em saúde. Saúde pública. Prevenção e controle de doenças e promoção da saúde. Endemia, epidemia, pandemia. Aspectos epidemiológicos. Doenças emergentes e reemergentes. Doenças de interesse para a Saúde Pública: noções básicas, prevenção, sintomas, classificação dos agentes transmissores e causadores das endemias. Controle vetorial. Controle biológico e manejo ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Dengue**. Instruções para pessoal de combate ao vetor: manual de normas técnicas. 3. ed., rev. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2001. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/funasa/man_dengue.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia Política Nacional de Atenção Básica – Módulo 1: Integração atenção básica e vigilância em saúde** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_politica_nacional_atencao_basica_integracao_atencao_basica_vigilancia_saude_modulo_1.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde: volume único [recurso eletrônico]. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_3ed.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_prevencao_controle_dengue.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso**. 8. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guiabolso.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

COLUSSI, C. F.; PEREIRA, K. G. **Territorialização como instrumento do planejamento local na Atenção Básica**. [Recurso eletrônico]. Universidade Federal de Santa Catarina. Organizadoras: Claudia Flemming Colussi; Kátiuscia Graziela Pereira. Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13957/1/TERRITORIALIZACAO_LIVRO.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

MONTEIRO, Estela Maria Leite Meirelles. **Educação Popular em Saúde**. Estela Maria Leite Meirelles Monteiro – Recife: [s.n.], 2015. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/3328/1/6educ_pop_saude_2016.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

OLIVEIRA, Edmar da S. **Agente de Combate às Endemias**. Formação Inicial e Continuada. IFPR, 2021. Disponível em: <https://pronatec.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/07/ace1.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

PROGRAMA

A importância dos jogos e brincadeiras no desenvolvimento infantil. Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia. Educação inclusiva. Integração escola-família-comunidade. Lei Complementar Municipal nº 040, de 5 de outubro de 1992 (atualizada) – Arts. 163 e 164. Lei Municipal nº 9.626, de 22 de outubro de 2007 e suas alterações. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Noções de primeiros socorros. O atendimento aos alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento. O papel do profissional de apoio escolar. Orientação à higiene e cuidados com a criança e o adolescente. Tecnologia assistiva.

REFERÊNCIAS

BELIZÁRIO FILHO, José Ferreira. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: transtornos globais do desenvolvimento. v. 9. Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar MEC. Fortaleza, UFC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7120-fasciculo-9-pdf&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 4 jun. 2023.

BERGAMASCHI, E. M. M. *et al.* O Professor de Apoio do Ensino Fundamental e os Desafios Vivenciados em suas Práticas Pedagógicas. **Anais do VII Congresso Multidisciplinar de Educação Especial**. 2011. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/processo_inclusivo/027-2011.pdf. Acesso em: 4 jun. 2023.

BERSH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 4 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Módulo 12**: higiene, segurança e educação. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/higiene.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação a Distância. **Atendimento Educacional Especializado**. Pessoa com Deficiência Física, Pessoa com Deficiência Mental, Pessoa com Deficiência Visual, Pessoa com Surdez. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf; http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf; http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf; http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf. Acesso em: 4 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. **Livro de estudo**: Módulo III. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2006. PROINFANTIL, Unidade 3. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012773.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 4 jun. 2023.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, p. s3-s11, maio 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/jMZNbHcsndB9Sf5ph5KBYGD/#>. Acesso em: 4 jun. 2023.

KRAMER, Sonia *et al.* **Infância e educação infantil**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

KRAUSE, Maggi. **Caderno brincar**: propostas práticas para brincadeiras inclusivas na educação infantil. v. 2. São Paulo: Associação Nova Escola, 2018. Disponível em: <https://maisdiferencas.org.br/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/Apostila-Brincar-Volume-2.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensinando a turma toda**: as diferenças na escola. Disponível em: https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/images/conteudo/Comissoes/Forma%C3%A7%C3%A3o_Continuada/Ensinar_a_turma_toda.pdf. Acesso em: 4 jun. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MANZINI, E. J.; SANTOS, M. C. F. **Recursos Pedagógicos Adaptados**. Portal de ajudas técnicas para educação. Equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física. Brasília: MEC/SEESP, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/rec_adaptados.pdf. Acesso em: 4 jun. 2023.

MOUSINHO, R. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista Psicopedagogia**. São Paulo, v. 27, n. 82, p. 92-108, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010. Acesso em: 4 jun. 2023.

ROPOLI, E. A. *et al.* **A Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 4 jun. 2023.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria da Saúde. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde. CODEPPS. **Manual de prevenção de acidentes e primeiros socorros nas escolas**. São Paulo: SMS, 2007. Disponível em: https://www.amavi.org.br/arquivos/amavi/colegiados/codime/2016/Primeiros_Socorros_Manual_Prev_Acid_Escolas.pdf. Acesso em: 4 jun. 2023.

SIAULYS, Mara O. de Campos. **Brincar para todos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brincartodos.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SOMMERSTEIN, Lynne; WESSELS, Marilyn R. Conquistando e utilizando o apoio da família e da comunidade para o ensino inclusivo. *In*: STAINBACK, Susan Bray; STAINBACK, William C. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SOUZA, Jenifer Silva de. **Guia ilustrado para cuidadores de crianças com deficiências neuromotoras**. São Paulo: Memnon, 2017. Disponível em: <http://www.acadef.com.br/wp-content/uploads/2018/08/GUIA-ILUSTRADO.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei Complementar Municipal nº 040, de 05 de outubro de 1992**. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. Arts. 163 e 164. Disponível em: http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/16872.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia**. Uberlândia, 2020. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-Educa%C3%A7%C3%A3o-Especial.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei Municipal nº 9.626, de 22 de outubro de 2007.** Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público do Município de Uberlândia e revoga o art. 11, da Lei Complementar nº 03, de 11 de janeiro de 1991. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2007/963/9626/lei-ordinaria-n-9626-2007-dispoe-sobre-a-contratacao-por-tempo-determinado-para-atender-a-necessidade-temporaria-de-excepcional-interesse-publico-do-municipio-de-uberlandia-e-revoga-o-art-11-da-lei-complementar-n-03-de-11-de-janeiro-de-1991>. Acesso em: 3 jun. 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: FISCAL DE MEIO AMBIENTE

PROGRAMA

Avaliação de impactos ambientais: conceituar e caracterizar os impactos ambientais nos meios físicos, bióticos e socioeconômicos; medidas mitigadoras e compensatórias; métodos de avaliação. Sociedade e meio ambiente: ecossistemas urbanos, terrestres e aquáticos; ações antrópicas e a dinâmica de solos; qualidade da água nos ecossistemas; aspectos globais da poluição do ar. Tratamento e gestão de resíduos sólidos: resíduos sólidos industriais, urbanos e agrícolas (conceitos, classificação, fontes geradoras e impactos ambientais); descrição das principais formas de tratamento de resíduos sólidos (tecnologias convencionais e tecnologias limpas); legislações específicas; gerenciamento de resíduos perigosos e NBR 10004/04; resíduos urbanos, industriais e agrícolas (geração e gerenciamento); estratégias de gerenciamento sob a ótica da minimização (não geração, redução, reutilização e reciclagem); disposição final de resíduos (aterros urbanos e aterros para resíduos perigosos); compostagem de resíduos orgânicos; elaboração de estudos ambientais para cumprimento de requisitos previstos nos instrumentos legais. Direito e legislação ambiental: fundamentos do direito ambiental e questões de direito ambiental internacional; o meio ambiente na Constituição Federal; o licenciamento ambiental; licenciamento ambiental do município de Uberlândia; infrações e sanções administrativas; o código florestal e a legislação de proteção da flora; responsabilidade penal; condutas tipificadas como crime ambiental; responsabilidade penal da pessoa natural, das pessoas jurídicas e dos entes coletivos; sanções penais à luz da lei de crimes ambientais; ação civil pública; proteção e bem-estar dos animais. Monitoramento ambiental: medição e interpretação de parâmetros de qualidade das águas e efluentes industriais, de qualidade do ar e emissões atmosféricas, de resíduos sólidos e de áreas contaminadas; procedimentos e práticas para amostragens ambientais e para o monitoramento de aspectos e impactos ambientais na atividade industrial; Política Nacional de Resíduos Sólidos. Recuperação de áreas degradadas: conceitos de degradação e recuperação; ecologia florestal, restauração de processos ecológicos, procedimentos para recuperação de áreas degradadas. Educação ambiental: fundamentos da educação ambiental (educação, educação ambiental - EA, histórico e vertentes da EA); projeto político-pedagógico (introdução, elaboração e desenvolvimento do PPP); EA (a implantação e o fazer); EA (não formal, formal, informal); recomendações em EA (ambientes urbanos e rurais, o papel do educador); EA e a sociedade (construção da racionalidade ambiental).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, P. B. **Direito Ambiental**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 988p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10004**. Resíduos Sólidos — Classificação. 2. ed., 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 14001:2004**. Sistemas de gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 14004**. Sistemas de gestão ambiental — Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio. 2. ed., 2005, v. corrigida, 2007.

BIDONE, F. R. A. **Resíduos sólidos provenientes de coletas especiais: eliminação e valorização**. Porto Alegre: ABES, 2001.

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONJO, J.G.L.; MIERZWA, J. C.; BARROS, M. T. L.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. **Introdução à Engenharia Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2010. 318 p.

BRANCO, S. M.; ROCHA, A. A. **Elementos de ciências do ambiente**. São Paulo: CETESB/ASCETESB, 1987.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Caderno de licenciamento ambiental**. Programa Nacional de Capacitação de gestores ambientais: licenciamento ambiental /Ministério do Meio Ambiente, Brasília. 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. **Resoluções CONAMA**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/conama>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BURSZTYN, M. A. A. **Gestão ambiental: instrumentos e práticas**. Brasília: IBAMA, 1994. 175p.

CETESB. **Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas**. 2. ed., 2001.

D'ALMEIDA, M. L. O.; VILHENA, A. **Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: IPT, 2000.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEAM. **Inventário de áreas suspeitas de contaminação e contaminadas do Estado de Minas Gerais**. 2011.

MINAS GERAIS. **Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013**. Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade-de->

parlamentar/leis/legislacao-mineira/lei/min/;PORTAL_SESSIONID=D7E091DF4D8188D00BEC2374F2AC75DB.worker2?tipo=Lei&num=20922&ano=2013&comp=&cons=0. Acesso em: 12 jun. 2023.

PICHAT, P. **A gestão dos resíduos**. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1998.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Avaliação e Contabilização de Impactos Ambientais**. Campinas: Editora Unicamp/Imprensa Oficial, 2004. 400 p.

SÁNCHEZ, Luiz Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 495 p.

UBERLÂNDIA. **Decreto nº 12.553, de 1º de dezembro de 2010**. Regulamenta a Lei nº 9900, de 02 de julho de 2008, que "dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de veículos que operam no município de Uberlândia a plantarem árvores para a mitigação da poluição do ar, e dá outras providências". Disponível em: <http://leismunicipa.is/jatiq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Decreto nº 17.297, de 09 de outubro de 2017**. Aprova o regimento interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA e revoga o Decreto nº 16.270, de 29 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://leismunicipa.is/sfpmv>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei Complementar nº 623, de 09 de agosto de 2017**. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento CODEMA, e revoga a Lei nº 11.642, de 17 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://leismunicipa.is/pvkrq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei Complementar nº 716, de 18 de dezembro de 2020**. Institui o licenciamento ambiental no município de Uberlândia e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/qyuda>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 10.700, de 09 de março de 2011**. Dispõe sobre a política de proteção, controle e conservação do meio ambiente, revoga a Lei Complementar nº 17, de 04 de dezembro de 1991 e suas alterações, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jtfaq>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 12.404, de 18 de abril de 2016**. Estabelece, no âmbito, do município de Uberlândia, sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus-tratos aos animais e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/bvmrd>. Acesso em: 12 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 13.833, de 08 de setembro de 2022**. Cria o Conselho Municipal de Proteção e Bem-estar Animal e o Fundo Municipal de Proteção e Bem-estar Animal e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/0054j>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

PROGRAMA

Acidente do trabalho: conceito técnico e legal; causas e consequências dos acidentes; comunicação e registro de acidentes; investigação e análise de acidentes; estatísticas de acidentes. Conceitos de aplicação sobre embargos e interdição conforme NR-03, hierarquia de aplicação de Normas Regulamentadoras conforme Portaria nº 787, de 27 de novembro de 2018. Princípios de análise, avaliação e gerenciamento de riscos: inspeção de segurança; técnicas de análise de risco: APR (Análise Preliminar de Risco) e matriz de risco; gestão de risco baseado nas normas ABNT NBR ISO 31000:2018 e ABNT NBR IEC 31010:2021; sinalizações de segurança. Princípios de gestão de segurança, meio ambiente e saúde: organização e atribuições do SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) e da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e

Assédio); sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional conforme a NR-1 (Norma Regulamentadora nº 1 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais); diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre sistemas de gestão de segurança e saúde no trabalho. Princípios de prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações: apreciação de risco conforme ABNT NBR ISO 12100:2013 e ABNT NBR ISO/TR 14121-2:2018. Trabalho com instalações elétricas: riscos relacionados com atividades em baixa tensão; prontuário das instalações elétricas conforme NR-10; técnicas de trabalho sob tensão; medidas de controle contra risco elétrico; sistema bloqueio de energias perigosas. Trabalho com inflamáveis e líquidos combustíveis. Trabalhos em espaços confinados. Construção civil e trabalhos em altura. Aspectos de segurança no trânsito com base no sistema nacional de trânsito (Código de Trânsito Brasileiro – CTB). Conceitos gerais sobre higiene ocupacional: agentes ocupacionais; exposição ao ruído; programa de conservação auditiva (PCA); exposição ao calor; metodologias de avaliação ambiental estabelecidas pela Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho) baseadas nas normas NHO – Normas Higiene Ocupacional; radiações ionizantes e não ionizantes; indicação e especificação de Equipamento de Proteção Individual (EPI); responsabilidades do empregador, do trabalhador, do fabricante e do SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho). Conceitos gerais sobre proteção contra incêndio e explosões: sistemas fixos e portáteis de combate ao fogo; armazenamento de produtos inflamáveis; brigadas de incêndio; plano de emergência com base na legislação e instruções técnicos do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Conceitos gerais sobre áreas classificadas e instalações elétricas em áreas classificadas. Legislação e normas técnicas: Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST (Decreto Federal nº 7.602/2011); segurança e saúde na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho; Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência; Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas); convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ações de SAÚDE: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); prevenção de doenças relacionadas ao trabalho; elementos de ergonomia: conforto ambiental; organização do trabalho; conceitos e legislação sobre periculosidade e insalubridade. Estatística básica. Matemática – nível médio. Técnicas de treinamento.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Homepage**. Portal ABNT. Disponível em: <https://www.abnt.org.br> Acesso em: 5 jun. 2023.

ATLAS. **Segurança e medicina do trabalho**. Equipe Atlas. 89. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

BONAFINI, Fernanda César. **Estatística**. São Paulo: Pearson, 2015.

BOOG, Gustavo G.; BOOG, Magdalena. **Manual de treinamento e desenvolvimento: gestão e estratégia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

BOTH, Ivo José *et al.* **Gestão e Prevenção**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

BRASIL. Fundacentro. **Biblioteca**. Disponível em: <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca>. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Legislação – Trabalho**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/legislacao-trabalho>. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Normas regulamentadoras – NR**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-detrabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Portaria nº 787, de 27 de novembro de 2018**. Dispõe sobre as regras de aplicação, interpretação e estruturação das Normas Regulamentadoras, conforme determinam o art. 155 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o art. 13 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/2018/portaria_sit_787_-_estrutura_e_interpretacao_de_nrs-_atualizada_2019.pdf/view. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.602, de 07 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7602.htm. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm. Acesso em: 5 jun. 2023.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. **Legislação e normas técnicas**. Disponível em: <https://www.bombeiros.mg.gov.br/normastecnicas>. Acesso em: 5 jun. 2023.

GONÇALVES, Isabelle Carvalho; GONÇALVES, Danielle Carvalho; GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2018.

OLIVEIRA, Carlos Antônio Dias de. **Segurança e Saúde no Trabalho: guia de prevenção de riscos**. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2014.

SANTOS JUNIOR, J. R. **NR-10: segurança em eletricidade: uma visão prática**. São Paulo: Érica, 2013.

SANTOS JUNIOR, J. R.; ZANGIROLAMI, Marcio J. **NR12: segurança em máquinas equipamentos conceitos aplicações**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2020.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TOPÓGRAFO

PROGRAMA

Conceitos fundamentais de Geodésia e Cartografia: sistemas de coordenadas para Cartografia, Topografia e Geodésia, datum geodésico horizontal e datum geodésico vertical, Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), Sistema SIRGAS2000, projeções cartográficas, Sistema Universal Transverso de Mercator (UTM), Sistema Cartográfico Nacional. Conceitos fundamentais de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto: características das imagens aéreas e imagens orbitais, dados de sensoriamento remoto, voos fotogramétricos, restituição fotogramétrica, ortoprojeção, ortorretificação e mosaicos de imagens, aplicação de veículos não tripulados (VANT / DRONE) nos levantamentos aéreos. Instrumentos e métodos topográficos aplicados nos levantamentos planimétricos, altimétricos e planialtimétricos e nas medições de: ângulos horizontais, ângulos verticais, distâncias, altitudes, diferenças de níveis e coordenadas. Teodolitos, níveis, estações totais, instrumentos de varredura a laser (LIDAR) por meio de estações terrestres e por veículos aéreos, receptores do Sistema de Posicionamento Global (GPS) e do Sistema Global de Navegação por Satélites (GNSS). Azimutes, rumos, deflexões, direções e orientações terrestres: medições, cálculos e conversões das direções, orientações terrestres e dos ângulos. Conceitos e aplicações de escalas de representação nas plantas topográficas, cartas, mapas, imagens aéreas e nos desenhos de projetos de

obras e construções. Cálculos das coordenadas planas retangulares e das altitudes nas poligonais topográficas, nas irradiações e nos demais métodos de levantamentos topográficos. Representação do relevo topográfico por meio de curvas de níveis e de pontos cotados, interpolação das altitudes e cotas, traçado de curvas de níveis. Elaboração, interpretação e análise de plantas, cartas, mapas e outros desenhos topográficos. Modelos digitais de terrenos, modelos digitais de superfícies e modelos digitais de elevação: conceitos gerais, fontes de dados, extração de informações, análises e produtos derivados. Estudos e cálculos topográficos para planos e obras de arruamentos e traçados viários: elaboração de perfis topográficos, cálculos de declividades e de rampas, determinação de desníveis e de alturas de corte e aterro, curvas horizontais de concordância, curvas verticais de concordância e tangentes. Locações de tangentes, curvas circulares e taludes para obras de arruamentos, construção de estradas e vias. Locações e demarcações de obras, construções, lotes e feições derivadas de projetos. Avaliações de áreas de glebas, lotes e seções transversais de corte e aterro. Cálculos de volumes para escavações, cortes, aterros e movimentações de terra.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Alberto de Campos. **Topografia aplicada à engenharia civil**. v. 1 e 2. São Paulo: Blucher, 1992.
- CASACA, João *et al.* **Topografia Geral**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.
- COMASTRI, José Anibal. **Topografia planimetria**. Viçosa: UFV, 1986.
- COMASTRI, José Anibal; GRIPP, Joel. **Topografia aplicada, medição, divisão e demarcação**. Viçosa: UFV, 1990.
- COMASTRI, José Anibal; TULER, José Cláudio. **Topografia altimetria**. Viçosa: UFV, 1990.
- ERBA, Diego Alfonso. **Topografia para estudantes de arquitetura, engenharia e Geologia**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- GARCIA, Gilberto J. **Topografia aplicada às ciências agrárias**. São Paulo: Nobel, 1978.
- GHILANI, Charles D.; WOLF, Paul R. **Geomática**. São Paulo: Pearson, 2014.
- GODOY, Reinaldo. **Topografia básica**. São Paulo: FEALQ, 1988.
- MC CORMAC, Jack; SARASUA, Wayne e DAVIS, William. **Topografia**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- MONICO, João Francisco Galera. **Posicionamento pelo GNSS**. São Paulo: UNESP, 2007.
- SILVA, Irineu; SEGANTINE, Paulo Cesar Lima. **Topografia para engenharia: teoria e prática de geomática**. Rio de Janeiro: Campus, 2014.
- TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de Topografia**. Porto Alegre: Bookman, 2014. 324p.
- TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio; TEIXEIRA, André. **Manual de práticas de Topografia**. Porto Alegre: Bookman, 2017. 132p.

ENSINO SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

Leitura e interpretação de textos. Tipologia textual e gêneros textuais. Coerência e coesão textual. Sinonímia, antonímia e polissemia. Ortografia e acentuação. Funções da linguagem. Recursos verbais, não verbais e multissemióticos. Denotação e conotação. Argumentação, opinião e informação. Estratégias argumentativas. Figuras de linguagem. Conhecimentos linguísticos de acordo com a gramática tradicional: formação de palavras e seleção vocabular; classe de palavras e colocação pronominal; emprego de tempos e modos verbais; estruturação sintática e semântica dos termos na oração e das orações no período; emprego da regência nominal e verbal; emprego da concordância nominal e verbal; emprego dos sinais de pontuação e seus efeitos de sentido.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernardete M. **Produção de texto**: interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 24 jan. 2023.

AULETE. Dicionário Caldas Aulete. **@ulete digital**. Disponível em <http://aulete.com.br/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de Redação da Presidência da República**. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior *et al.* 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018. 189 p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.

CEGALLA, Domingos Pachcoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

KOCH, I. G. V. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006b.

LEGISLAÇÃO (TODOS OS CARGOS - EXCETO PARA O CARGO DE ANALISTA CULTURAL – MÚSICA)

PROGRAMA

Base Nacional Comum Curricular. Constituição Federal da República Federativa do Brasil – Título VIII, Cap. III, Seção I: Da Educação. Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022 – Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica. Lei Complementar Municipal nº 040, de 5 de outubro de 1992 (atualizada) – Artigos 163 e 164. Lei Municipal nº 9.626, de 22 de outubro de 2007 e suas alterações. Lei Municipal nº 12.209, de 26 de junho de 2015 – Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão

da Pessoa com Deficiência. Parecer CNE/CEB nº 6/2010. Parecer CNE/CEB nº 17/2001. Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023. Aprova o Código de Ética do servidor público e da alta administração municipal, e suas alterações posteriores. Lei Complementar Municipal nº 40/1992 – Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Uberlândia, suas autarquias, fundações públicas e Câmara Municipal, e suas alterações posteriores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 6/2010, aprovado em 7 de abril de 2010**. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN62010.pdf?query=PLENA. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 17/2001, aprovado em 3 de julho de 2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica – MEC**. SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Título VIII, Cap. III, Seção I. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022**. Institui a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11079.htm. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 3 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023.** Aprova o Código de Ética do servidor público e da alta administração municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/decreto/2023/2018/20179/decreto-n-20179-2023-aprova-o-codigo-de-etica-do-servidor-publico-e-da-alta-administracao-municipal>. Acesso em: 3 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei Complementar Municipal nº 040, de 05 de outubro de 1992.** Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia, suas Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal. Arts. 163 e 164. Disponível em: http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/16872.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei Municipal nº 9.626, de 22 de outubro de 2007.** Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público do Município de Uberlândia e revoga o art. 11, da Lei Complementar nº 03, de 11 de janeiro de 1991. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2007/963/9626/lei-ordinaria-n-9626-2007-dispoe-sobre-a-contratacao-por-tempo-determinado-para-atender-a-necessidade-temporaria-de-excepcional-interesse-publico-do-municipio-de-uberlandia-e-revoga-o-art-11-da-lei-complementar-n-03-de-11-de-janeiro-de-1991>. Acesso em: 3 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei Municipal nº 12.209, de 26 de junho de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025 e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2015/1221/12209/lei-ordinaria-n-12209-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-para-o-decenio-2015-2025-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 3 jun. 2023.

LEGISLAÇÃO (APENAS PARA O CARGO DE ANALISTA CULTURAL – MÚSICA)

PROGRAMA

Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023. Aprova o Código de Ética do servidor público e da alta administração municipal, e suas alterações posteriores.

Dos direitos e deveres individuais e coletivos – Artigo 5º da Constituição Federal; Da cultura – Artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

Lei Complementar Municipal nº 40/1992 – Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Uberlândia, suas autarquias, fundações públicas e Câmara Municipal, e suas alterações posteriores.

Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG, de 05 de junho de 1990, e suas alterações posteriores.

REFERÊNCIAS

Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023. Aprova o Código de Ética do servidor público e da alta administração municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/decreto/2023/2018/20179/decreto-n-20179-2023-aprova-o-codigo-de-etica-do-servidor-publico-e-da-alta-administracao-municipal>

Dos direitos e deveres individuais e coletivos – Artigo 5º da Constituição Federal; Da cultura – Artigos 215 e 216 da Constituição Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Lei Complementar Municipal nº 40/1992 – Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Uberlândia, suas autarquias, fundações públicas e Câmara Municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-uberlandia-mg>

Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG, de 05 de junho de 1990, e suas alterações posteriores. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-uberlandia-mg>

CONHECIMENTOS GERAIS (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

Atualidades e conhecimentos gerais do município de Uberlândia, do estado de Minas Gerais e do Brasil, estabelecendo conexões com acontecimentos mundiais. Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do município de Uberlândia, do estado de Minas Gerais e do Brasil.

REFERÊNCIAS

CIDADE-BRASIL. Município de Uberlândia. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-uberlandia.html>. Acesso em: 7 jun. 2023.

IBGE. Uberlândia. Site eletrônico do IBGE relativo ao Município de Uberlândia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em: 7 jun. 2023.

Imprensa escrita, falada, televisiva ou por internet.

Livros de Geografia de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).

Livros de História de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Site eletrônico oficial. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal de Uberlândia. Site eletrônico oficial. Disponível em: <https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: INTÉRPRETE EDUCACIONAL

PROGRAMA

Aspectos linguísticos da LIBRAS. Classificadores. Estratégias de tradução do par linguístico LIBRAS / Língua Portuguesa. Aquisição da LIBRAS pela criança surda. Legislação e ética do tradutor intérprete de LIBRAS. Atuação do intérprete no campo educacional. Bilinguismo e educação de surdos. Identidade, cultura e comunidade surda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, p. 71-92, 2014.

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D.; MAURÍCIO, A. C. **Novo Deit-Libras:** dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

NASCIMENTO, M. V. B. Interpretação da Libras para o português na modalidade oral: considerações dialógicas. Tradução & Comunicação. **Revista Brasileira de Tradutores**. v. 24, p. 79-94, 2012. Disponível em: <http://sare.anhanguera.com/index.php/rtcom/article/view/3733/1368>. Acesso em: 12 jun. 2023.

OLIVEIRA, Sonia Marta. A tradução cultural como campo de estudo na formação de tradutores e intérpretes de libras/português. **Revista Espaço**, p. 173-190, 2021.

OLIVEIRA, Sônia Marta. Os currículos de formação de tradutores intérpretes de LIBRAS e os artefatos culturais. **Translatio**, n. 15, p. 159-172, 2018.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SEGALA, Rimar Ramalho. As estratégias de tradução: português escrito para Libras. In: **Revista Brasileira de Vídeo Registros em Libras**. Edição nº 003/2017. [Artigo em Libras publicado em vídeo, 30m12s]. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br. Acesso em: 12 jun. 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

PROGRAMA

A concepção, fundamentos epistemológicos e pedagógicos, e as diretrizes da área de Ensino Religioso no Documento – Currículo de Referência de Minas Gerais. As ideias de divindades de diferentes manifestações e tradições religiosas. As ideias de imortalidade nas tradições religiosas e filosofias de vida: ancestralidade, reencarnação, ressurreição, transmigração. Espaços e territórios religiosos de diferentes tradições e movimentos religiosos. Manifestações culturais e religiosas: as indumentárias religiosas. Mitos, ritos e símbolos religiosos e suas relações com as práticas celebrativas das tradições religiosas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

COULIANO, Ioan; ELIADE, Mircea. **Dicionário das Religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ELIADE, M. **História das crenças e das ideias religiosas**. v. 2: de Gautama Buda ao triunfo do cristianismo. São Paulo: Zahar, 2011.

ELIADE, M. **História das crenças e das ideias religiosas**. v. 3: de Maomé à idade das reformas. São Paulo: Zahar, 2011.

GLOBO LIVROS. **O Livro das Religiões**. São Paulo: Globo Livros, 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_mg.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

REVISTA SENSO. **Religião e Morte**. 14. ed. 2020. Disponível em: <https://revistasenso.com.br/educacao-14-religiao-e-morte/>. Acesso em: 9 jun. 2023.

WILKINSON, Philip. **Guia ilustrado Zahar: Religiões**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DE LIBRAS

PROGRAMA

Políticas linguísticas para surdos e as línguas de sinais. Educação bilíngue de surdos no Brasil. A formação de professores para atuar na educação de pessoas surdas. Metodologia de ensino da LIBRAS como primeira e segunda línguas (L1 e L2). Aspectos gramaticais da LIBRAS. Legislação. Cultura, comunidade e identidades surdas. Movimento surdo bilíngue. Literatura surda.

REFERÊNCIAS

BALLOCK, Helen Trefzger; PEDROZA, Clara Ramos; LIMA, Eliane Negreiros de; PEREIRA, Marcello Dias; BRITO, Fernanda Martins de. Literatura Surda: contação de histórias em LIBRAS no ensino e aprendizagem de crianças surdas. *In: Revista Brasileira de Vídeo-Registros em LIBRAS*. Edição nº 005/2020. [Artigo em Libras publicado em vídeo, 29m03s]. Florianópolis: UFSC, 2020. Disponível em: <http://revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br>. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.436 (2002)**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 9 jun. 2023.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, p. 71-92, 2014.

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D; MAURÍCIO, A. C. **Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

FELIPE, T. A. **LIBRAS em contexto**. 7. ed. Curso Básico. Rio de Janeiro: MEC/FENEIS, 2007.

PERLIN; REZENDE. **Didática e educação de surdos**. Florianópolis, 2011. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/didaticaEEducacaoDeSurdos/assets/489/texto_base_Didatica_2008.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

PROGRAMA

1. Conceitos, fundamentos e especificidades de Educação Inclusiva, Educação Especial: público-alvo, características e papel docente. Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. A escola comum na perspectiva inclusiva. Legislação nacional específica da Educação Inclusiva e Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia. 2. Atendimento educacional especializado: concepção, fundamentos, princípios e aspectos organizacionais, diretrizes operacionais; público-alvo; institucionalização; sala de recursos multifuncionais. Principais eixos. Competências: professor, escola, família. Plano de Atendimento Educacional Especializado: elaboração e execução. Legislação nacional específica da Educação Inclusiva e Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia. 3. Pessoa com deficiência: conceitos e especificidades. AEE: pessoa com surdez, deficiência física, deficiência mental, deficiência visual, deficiências múltiplas, surdo-cegueira, autismo, transtornos globais do desenvolvimento. Direito à igualdade e não discriminação, direito ao atendimento prioritário, direito à educação e acessibilidade no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15, de 06 de julho de 2015). Terminologia adequada. Legislação nacional específica da educação inclusiva e Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia. 4. Acessibilidades: conceitos, tipos, fundamentos, especificidades, características, flexibilização e adequações. 5. Língua Brasileira de Sinais e Braille: especificidades, características. Intérprete de Libras e Professor Surdo. Guia Intérprete. 6. Salas de recursos multifuncionais. Recursos acessíveis. 7. Tecnologia assistiva: conceito, organização. Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Plano de Atendimento Educacional Especializado: elaboração e execução. Legislação nacional específica da Educação Inclusiva e Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia. 8. Currículo: conceitos, caminhos e fundamentos. O Projeto Político Pedagógico e o AEE. Diretrizes Curriculares de Uberlândia. 9. PDI Plano de Desenvolvimento Individual: estrutura, planejamento, proposta, objetivos, avaliação. Legislação nacional específica da educação inclusiva e Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia. 10. Estrutura e funcionamento dos serviços de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia. Aspectos referentes à Educação Especial a serem contemplados no Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar. 11. BNCC: conceitos, fundamentos, organização. Competências gerais BNCC. As competências socioemocionais e o desenvolvimento das habilidades inclusivas. 12. Processos avaliativos e formativos. Tipos de avaliação. 13. Diversidade, inclusão, exclusão, diferença, igualdade, equidade, preconceito e discriminação: conceitos, características, causas, consequências.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BERSCH, Rita; SARTORETTO, Maria Lúcia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Aumentativa e Alternativa. Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Mara Lúcia Sartoretto, Rita de Cássia Reckziegel Bersch. v. 6. Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar Brasília: MEC/SEESP; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Catálogo de Publicações. **Atendimento Educacional Especializado**: surdez, deficiência física, deficiência mental, deficiência visual. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=860&id=12625&option=com_content&view=article. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Catálogo de Publicações. **Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: do fascículo 01 ao fascículo 10. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=860&id=12625&option=com_content&view=article. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria da Educação Especial. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Estratégias e orientações para a educação de alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem associadas às condutas típicas**. Brasília: MEC; SEESP, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Inclusão. **Revista da Educação Especial**. O Atendimento Educacional Especializado na Educação Inclusiva, v. 5. n. 1. Brasília: SEESP, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação**: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. 2010. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_cman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Orientação e Mobilidade**: Conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual. Elaboração Edileine Vieira Machado... [et al]. Coordenadora: Maria Glória Batista da Mota. Brasília: MEC, SEESP, 2003. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ori_mobi.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília-DF, jan. 2008a. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007].

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. Série: Saberes e práticas da inclusão. 2.ed. Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 4 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 4 jun. 2023.

DISCHINGER, Marta. **Manual de acessibilidade espacial para escolas**: o direito à escola acessível. Marta Dischinger; Vera Helena Moro Bins Ely; Monna Michelle Faleiros da Cunha Borges. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos (org.). **Educação especial**: cidadania, memória, história. Belém: EDUEPA, 2017.

GIROTO, Claudia Regina Mosca; POKER, Rosimar Bortolini; OMOTE, Sadao. **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília (org.): Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (ITS Brasil) **Pesquisa Nacional de Tecnologia Assistiva**. Jesus Carlos Delgado García; Teófilo Alves Galvão Filho. São Paulo: ITS BRASIL/MCTI-SECIS, 2012.

ILLERIS, K. (org.). **Teorias Contemporâneas da Aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013.

JÚNIOR, Francisco Varder Braga. **Atendimento educacional especializado para o estudante com transtorno do espectro autista**. Francisco Varder Braga Júnior (org.) Mossoró: EdUFERSA, 2018. Disponível em [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/581305/2/Atendimento%20educacional%20especializado%20para%20o%20estudante.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/581305/2/Atendimento%20educacional%20especializado%20para%20o%20estudante.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A avaliação da aprendizagem escolar**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em <https://fliphtml5.com/xvkas/grtn/basic/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum para Currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 891-908, out./dez. 2015.

MANZINI, Eduardo José. **Portal de ajudas técnicas para educação**: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa. [2. ed.] Eduardo José Manzini, Débora Deliberato. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

MERCADO, Elisângela Leal de Oliveira; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. **Base Nacional Comum Curricular e a Educação Especial no Contexto da Inclusão Escolar**. 10º Encontro Internacional de Formação de Professores. 11º Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional. Disponível: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6840103/course/section/6338020/MERCADO%20e%20FUMES.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_mg.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. **Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais**. 2014. Disponível em [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://srefabricianodivep.files.wordpress.com/2019/02/guia-da-educac3a7c3a3o-especial-mg-versc3a3o3-atualizada.pdf](https://srefabricianodivep.files.wordpress.com/2019/02/guia-da-educac3a7c3a3o-especial-mg-versc3a3o3-atualizada.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. **Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno.** Disponível: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Diretrizes%20para%20constra%C3%A7%C3%A3o%20do%20PDI%20e%20PAI.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **Conceitos e Características da deficiência visual.** Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/conceitos-e-caracteristicas-da-deficiencia-visual/44645>. Acesso em: 14 jun. 2023.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** a escola comum inclusiva. Edilene Aparecida Ropoli *et al.* Brasília: MEC/SEESP; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SARTORETTO, Mara Lúcia; SARTORETTO Rui. **Atendimento educacional especializado e laboratórios de aprendizagem:** o que são e a quem se destinam. Disponível em http://assistiva.com.br/AEE_Laborat%C3%B3rios.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

SARTORETTO, Mara Lúcia. **A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar:** recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Mara Lúcia Sartoretto, Rita de Cássia Reckziegel Bersch. Brasília: MEC/SEESP; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia.** Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/educacao/diretrizes-curriculares-municipais/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia.** Uberlândia, 2020. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-Educa%C3%A7%C3%A3o-Especial.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei nº 11.444, de 24 de julho de 2013.** Institui a rede pública municipal pelo direito de ensinar e de aprender no Município de Uberlândia e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/vgphq>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei Municipal nº 12.209, de 26 de junho de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025 e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2015/1221/12209/lei-ordinaria-n-12209-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-para-o-decenio-2015-2025-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 3 jun. 2023.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola:** uma construção possível. 10. ed. Campinas-SP: Papirus, 2000.

SILVA, Regiane F. Práticas e Desafios da Educação Inclusiva. **Guia do Educador Inclusivo.** 2022. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmninnbpcjpcglclefindmkaj/http://www.amankay.org.br/educadorinclusivo/imagens/educador_inclusivo_capitulo1.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ANALISTA CULTURAL – MÚSICA

PROGRAMA

Princípios normativos da Lei de Incentivo à Cultura. Princípios normativos da Lei Paulo Gustavo. Planejamento e gestão de projetos. Conceitos em torno da noção de música e cultura. Políticas públicas e cultura. Propriedade intelectual e as práticas musicais tradicionais. História e características das práticas musicais afro-diaspóricas. História e características das práticas musicais urbanas

tradicionais: samba, choro e banda civil de música. Aspectos históricos da Música Popular Brasileira. Instrumentos da família das cordas, madeiras, metais e percussão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Samuel. Música e políticas públicas para a juventude: por uma nova concepção de pesquisa musical. *In: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música*. [26]. **Anais...** Brasília, 2006, pp. 216-219.

BRASIL. Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2022.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1991.

CARVALHO, José Jorge de. 'Espetacularização' e 'canibalização' das culturas populares na América Latina. **Anthropológicas**, ano 14, v. 21. 2010, pp. 39-76.

CARVALHO, José Jorge de. Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria de entretenimento. *In: LONDRES, Cecília et al. Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas*. Rio de Janeiro: Funarte/Iphan/CNFCP, pp. 65-83, 2004.

CASTAGNA, Paulo. **A música urbana de salão no século XIX**. Apostila de História da Música Brasileira Instituto de Artes da UNESP. Disponível em: https://www.academia.edu/1082767/A_M%C3%9ASICA_URBANA_DE_SAL%C3%83O_NO_S%C3%89_CULO_XIX. Acesso em: 14 jun. 2023.

COSTA, Manuela Areias. Música e história: um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares. *In: Tempos Históricos*, 15, 2011, pp. 240-260.

CUNHA Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac&Naife, 2009.

DAHLHAUS, Carl; EGGBRECHT, Hans. **Que é a música?** Lisboa: Texto e Grafia, 2009.

FLORENCE, G. Filder. **A Handbook of Orchestration**. New York: E. P. Dutton & Co., 1921.

MAMMI, Lorenzo. **Antes da era do rádio: as origens da MPB**. Disponível em: <http://histdamuspop.blogspot.com/2012/04/antes-da-era-do-radio-as-origens-da-mpb.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MOURA, D. G.; BARBOSA, E. F. Modelo de Plano de Projeto orientado pelo Escopo. *In: MOURA, D. G.; BARBOSA, E. F. Trabalhando com Projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006. Disponível em: http://www.tecnologiadeprojetos.com.br/banco_objetos/%7B228E90E8-4727-4F53-9ABD-601EE7C5AE50%7D_modelo%20de%20planejamento.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

SANDRONI, Carlos. Propriedade intelectual e música de tradição oral. **Cultura e Pensamento**, 2007, pp. 65-80.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vêm da rua**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

PROGRAMA

1. Moléculas fundamentais: Carboidratos; lipídios; proteínas; vitaminas; ácidos nucleicos. 2. Biologia celular: células eucariontes e procariontes; processos de trocas entre os meios interno e externo da célula; divisões celulares (mitose e meiose); metabolismo celular (fotossíntese, quimiossíntese, fermentação e respiração). 3. Taxonomia: categorias taxonômicas e regras da nomenclatura. 4. Zoologia: histologia; morfologia e sistemática de animais invertebrados e vertebrados; principais doenças causadas por animais invertebrados; sistemas do corpo humano; infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. 5. Botânica: histologia; classificação e características principais dos grupos vegetais (briófitas, pteridófitas, gimnospermas e angiospermas); fisiologia das angiospermas. 6. Microbiologia: vírus, bactérias, fungos e protozoários (estrutura, reprodução e principais doenças). Importância ecológica e econômica de bactérias, algas e fungos. 7. Genética: código genético e mutações; leis de Mendel; análise de heredogramas; herança dos grupos sanguíneos; biotecnologia e engenharia genética; heranças autossômicas e ligadas ao sexo. 8. Evolução: origem da vida; evidências da evolução; teorias de Lamarck e Darwin; teoria sintética da evolução; especiação. 9. Ecologia: componentes abióticos e bióticos; habitat e nicho ecológico; relações intraespecíficas e interespecíficas; ecossistemas aquáticos e terrestres; ciclos biogeoquímicos; biomas brasileiros; fluxo de energia nos ecossistemas; relações tróficas: níveis, cadeia e teias; pirâmides ecológicas; sucessão ecológica; dinâmica populacional; principais tipos de agressões ao meio ambiente e suas soluções. 10. Ciências da natureza: tópicos obrigatórios e complementares do Conteúdo Básico Comum (CBC) do Ensino Fundamental do 6º à 9º ano.

REFERÊNCIAS

- ALBERTS, B. *et al.* **Biologia molecular da célula**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- BARNES, R. D. *et al.* **Zoologia dos invertebrados**. 7. ed. Roca, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023.
- BEGON, M. *et al.* **Ecologia de indivíduos a ecossistemas**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- GRIFFITHS, A. J. F. *et al.* **Introdução à genética**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
- JUNQUEIRA, L. C., CARNEIRO, J. **Histologia Básica**. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
- MADIGAN, M. T. *et al.* **Microbiologia de Brock**. 14. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- MOYES, C. D. *et al.* **Princípios de Fisiologia Animal**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- NEVES, D. P. *et al.* **Parasitologia Humana**. 11. ed. São Paulo: Atheneu, 2005.
- POUGH, F. H. *et al.* **A vida dos Vertebrados**. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.
- RAVEN, P. H. *et al.* **Biologia vegetal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
- RIDLEY, M. **Evolução**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- TAIZ, L. *et al.* **Fisiologia vegetal**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PROGRAMA

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais. Currículo Referência de Minas Gerais. Pedagogia da Autonomia. Organização Curricular, saberes escolares e proposta pedagógica. Habilidades e Eixos Temáticos da Educação Física. O esporte como grande fenômeno da sociedade moderna. A História da Educação Física e do esporte no Brasil: panorama, perspectivas e proposta. A Educação Física como área de conhecimento escolar. Princípios pedagógicos. Unidades temáticas e conteúdos específicos da Educação Física. Didática na Educação Física. Motricidade humana. Psicomotricidade. Educação Física e inclusão escolar: relações étnico-raciais, gênero, pessoa com deficiência. A integração escolar e social da pessoa com deficiência. Conhecimentos fisiológicos do corpo em movimento. Fisiologia do exercício para saúde, aptidão e desempenho. Anatomia humana. Planejamento das aulas de Educação Física. Instrumentos avaliativos das aulas de Educação Física. Relação da Educação Física com o lazer e educação. Iniciação Esportiva Universal. Ensino de jogos / brincadeiras, esportes, danças, ginástica, lutas, expressão corporal, lazer e Educação Física escolar. Práticas corporais e de aventura. Saúde, alimentação e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ubiratan Silva. **Educação Física Escolar**. São Paulo: Avercamp, 2014.
- BARBOSA, Cláudio Luis de Alvarenga. **Educação Física e didática**. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes; 2014.
- BRACHT, V. Corporeidade, cultura corporal, cultura de movimento ou cultura corporal de movimento? In: NÓBREGA, T. P. (Org.). **Epistemologia, saberes e práticas da educação física**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023.
- CAMINHA, Renato Maiato. **A Prática Cognitiva na Infância e na Adolescência**. Novo Hamburgo-RS: Sinopsys, 2017.
- CAMPOS, C. M. **Saberes docentes e autonomia dos professores**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- DARIO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação Física na Escola: implicações para a prática pedagógica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- FILHO, Lino Castellani. **Educação Física, esporte, lazer: reflexões nada aleatórias**. Autores Associados. Edição de bolso, 2013.
- FINCK, Silvia Christina Madrid. **A educação física e o esporte na escola: cotidiano, saberes e formação**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FRAGA, Alex Branco. **Afazer da Educação Física na Escola: planejar, ensinar, partilhar**. Entre nós: anos finais do ensino fundamental. v. 3. Erechim: Edelbra, 2012.
- GRECO, P. J.; BENDA, R. (org.). **Iniciação Esportiva Universal**. v. 1. Da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Editora Universitária/UFGM, 1998.

- GRECO, Pablo Juan. **Iniciação Esportiva Universal**. v. 2. Metodologia da iniciação esportiva na escola e no clube. Editora Universitária/UFMG, 1998
- GRECO, Pablo Juan; ROMERO, Juan J. Fernandez. **Manual de Handebol**: da Iniciação ao alto nível. São Paulo: Phorte, 2012.
- HAYWOOD, Kathleen M.; GETCHELL, Nancy. **Desenvolvimento motor ao longo da vida**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- JUNIOR, José Roulien de Andrade. **Futsal**: aquisição, inicialização e especialização. Curitiba: Juruá, 2007.
- JUNIOR, Wanderley Marchi; CARON, Ana Elisa Guginski. **Introdução ao Ensino do Voleibol**. Curitiba: InterSaberes, 2019.
- LEUCAS, Cláudia Barsand de. **Educação física e inclusão**. Presença Pedagógica. Belo Horizonte, v. 18, n. 104, p. 22-27 mar./abr., 2012.
- MALANCHEN, J. **Cultura, conhecimento e currículo**: contribuições da pedagogia histórico-crítica. Campinas-SP: Autores Associados, 2016.
- MASSENA, Anita. **Eventos e Competições Esportivas**: planejamento e organização. 2012.
- MC ARDLE, Willian D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. **Fisiologia do exercício**. Energia, nutrição e desempenho humano. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_mg.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.
- ELO, Victor Andrade de. **História da Educação Física e do Esporte no Brasil**. São Paulo: Ibrasa, 2006.
- PASTRE, Taís Glauce Fernandes de Lima; PASTRE, Marcelo. **Basquetebol**: elementos para um processo de ensino-aprendizagem. Curitiba: InterSaberes, 2021.
- PLOWMAN, S. A.; SMITH, D. L. **Fisiologia do exercício para saúde, aptidão e desempenho**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
- PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.
- SOBOTTA. **Atlas de Anatomia Humana. 3 vols**. 24. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
- UNESCO. Fisiologia do exercício. **Cadernos de referência de esporte**, 2. Brasília: Fundação Vale, UNESCO, 2013. 74 p.
- VAGO, Tarcísio Mauro. Pensar a educação física na escola: para uma formação cultural da infância e da juventude. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 1, n. 1, 2009.
- VIEIRA, S.; FREITAS, A. **O que é Atletismo**: história, regras, curiosidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/COB, 2007.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DE GEOGRAFIA

PROGRAMA

Dimensões do conhecimento geográfico: compreensão do espaço geográfico como resultado das relações entre a sociedade e a natureza, bem como da dinâmica resultante da relação entre ambos.

Conceitos norteadores da Geografia: território, paisagem, natureza, lugar e região. Correntes do pensamento geográfico. Cartografia (orientação e localização, fusos horários e projeções cartográficas, convenções cartográficas e sensoriamento remoto). Geologia (estrutura interna da Terra, dinâmica das placas tectônicas, agentes internos e estrutura geológica). Geomorfologia (dinâmica externa do relevo, formas e unidades de relevo). Pedologia (solos, processos erosivos e conservação dos solos). Clima (fatores e elementos do clima, circulação atmosférica, zonas climáticas da Terra, climogramas fenômenos e mudanças climáticas). Vegetação (vegetação mundial e brasileira, caracterização das formações vegetais, biodiversidade e degradação). Problemas ambientais e degradação ambiental. Hidrografia (conceitos fundamentais, bacias hidrográficas brasileiras e as grandes questões hídricas). População (crescimento e distribuição da população, teorias demográficas e estrutura da população, migrações e indicadores sociais). Organização do espaço rural (subordinação do campo à cidade, sistemas agrícolas, agropecuária, Revolução Verde, transgênicos, agronegócio, estrutura fundiária e reforma agrária). Organização do espaço urbano (urbanização mundial e brasileira, problemas sociais e ambientais urbanos). Indústria (evolução, classificação e modelos de industrialização, principais regiões industriais do Brasil e do mundo). Globalização, o comércio multilateral e blocos econômicos. Os recursos minerais e a economia; recursos energéticos e recursos hídricos. Recursos energéticos. Transportes. Conflitos internacionais contemporâneos. Regionalização brasileira (Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.
- ARAÚJO, R. **Geografia Geral e Brasil**: paisagem e território. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023.
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; PAULA, Igor Rafael. O papel do pensamento espacial na construção do raciocínio geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, 10(19), 294–322. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.46789/edugeo.v10i19.922>. Acesso em: 3 jun. 2023.
- COELHO, Marcos de Amorim. **Geografia geral**: o espaço natural e socioeconômico. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1992.
- MAGNOLI, Demétrio. **Geografia**: a construção do mundo. Geografia geral do Brasil. São Paulo: Moderna, 2005.
- MORAES, Paulo Roberto. **Geografia**: geral e do Brasil. São Paulo: Harbra, 2003.
- OLIVA, J.; GIANANTI, R. **Espaço e modernidade**: temas da geografia mundial. São Paulo: Atual, 1996.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- ROSS, J. L. S. (Org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SENE, Eustáquio de. **Globalização e Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto, 2003.
- SILVEIRA, Laura; SANTOS, Milton. **Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- VISENTINI, José William; VLACH, V. **Geografia Crítica**: geografia do mundo industrializado. v. 3. São Paulo: Ática, 1998.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E 1º AO 5º ANO

PROGRAMA

Alfabetização, letramento e conhecimentos da Língua Portuguesa. Base Nacional Comum Curricular. Diversidade, inclusão e relações étnico-raciais na educação. Educação como direito. Legislação brasileira e políticas públicas para a educação. O cuidar e o educar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O ensino de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Organização do trabalho pedagógico na Educação Básica. Planejamento e avaliação da aprendizagem na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Antônio Augusto Gomes *et al.* **Avaliação diagnóstica da alfabetização**. Coleção Instrumentos da Alfabetização, 3. Belo Horizonte CEALE/FAE/UFMG, 2005. 88 p. Disponível em: http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/instrumentos%20da%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o/Col-Instrumentos-03_AvaliacaoDiagnostica.compressed.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Federal nº 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF, 1996. Versão atualizada. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Caderno 2: a criança no ciclo de alfabetização**. Brasília: MEC, SEB, 2015. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/materiais-listagem/item/57-a-crianca-no-ciclo-de-alfabetizacao>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Caderno 7: alfabetização matemática na perspectiva do letramento**. Brasília: MEC, SEB, 2015. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/materiais-listagem/item/62-caderno-7-alfabetizacao-matematica-na-perspectiva-do-letramento>. Acesso em: 14 jun. 2023.

CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Isabel Pereira; MARTINS, Raquel Márcia Fontes (Org.). **Alfabetização e letramento na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica: Ceale, 2008.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores: caderno do professor**. Coleção Alfabetização e Letramento Belo Horizonte: CEALE/FAE/UFMG, 2005. 72 p. Disponível em: http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2008%20Metodos_didaticas_alfabetizacao.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

PANIZZA, M. **Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais**: análise e propostas. Tradução Antônio Feltrin. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.